



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006129-33.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Nilton Adriano Finkler**  
 Requerido: **Sony Mobile Communications do Brasil Ltda. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido aparelho *smartphone* fabricado pela primeira ré, o qual apresentou problema de funcionamento ainda no prazo de garantia.

Alegou ainda que o enviou à assistência técnica (segunda ré), mas esta o substituiu por outro sem sua anuência, de sorte que o devolveu prontamente.

Salientou que passado mais algum tempo recebeu outro aparelho em substituição ao de origem, com o que não concordou.

A preliminar de ilegitimidade ad causam arguida pela segunda ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque restou positivado que foi essa ré quem promoveu a substituição do aparelho que recebeu para reparo sem qualquer consulta ao autor, o que basta para legitimá-la a figurar no polo passivo da relação processual.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve oportunidade de se manifestar pela responsabilidade da assistência técnica quando o bem que lhe é encaminhado é devolvido sem a devida reparação, ao que se equipara o que aqui se verificou:

*“... Além do mais, a ré Elsys, além de integrar a cadeia de consumo, deve também responder pela conduta própria de não ter consertado o bem e o devolvido em perfeito estado ao consumidor. Importante ressaltar que era o seu ônus de provar o fato desconstitutivo do direito do autor, isto é, provar que entregou o bem ao consumidor o que a requerida não logrou fazer. Evidentemente que somente o prestador de serviço estaria habilitado a produzir tal prova, não só porque é detentora dos meios e conhecimentos técnicos, como também, porque inconteste que o bem estava em seu poder, quando do suposto extravio ocorreu, de modo que somente ela tinha os meios para demonstrar a inocorrência de tais fatos. Por isso, reforça-se a responsabilidade solidária com base no art. 7º do Código de Defesa do Consumidor” (Apelação nº 0012578-96.2012.8.26.0576, 28ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MARIO CHIUHITE JUNIOR**, j. 04/08/2015).*

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, de um lado os documentos apresentados pelo autor respaldam satisfatoriamente suas alegações, enquanto a segunda ré reconheceu de outro que houve a substituição aludida na petição inicial (fl. 59).

Isso já é suficiente para atestar que o acolhimento da postulação exordial é de rigor, porquanto não sendo possível a reparação do produto no trintídio a opção pela alternativa a seguir então toca ao consumidor e não ao fabricante ou à assistência técnica porque assim dispõe o art. 18, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor (*“Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha ...”* - grifei).

Prospera, em consequência, o pedido para devolução do valor desembolsado pelo autor.

Quanto aos danos morais, tenho-os como presentes.

A situação posta a debate arrasta-se há meses, não tendo as rés ao menos no caso sob análise dispensado ao autor o tratamento que lhes seria exigível.

Como se não bastasse, existem peculiaridades que reforçam a responsabilidade delas.

Os aparelhos entregues ao autor em substituição ao original não contemplaram o salvamento dos dados neste inseridos, o que é relevante assinalar não foi negado pelas rés.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isso basta à configuração dos danos morais, tendo em vista que as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) demonstram que nessas condições o autor sofreu frustração de vulto que acometeria qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

A espécie ultrapassou o mero dissabor inerente à vida cotidiana, bem como o simples descumprimento contratual.

Quanto à fixação do valor da indenização, recorro aos critérios usualmente utilizados em situações afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés a pagarem ao autor as quantias de R\$ 2.023,00, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2014 (época da compra do aparelho), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pelas rés, elas terão o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**